



COLUNISTA

Paulo Hartung

Economista, presidente executivo da Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), membro do conselho do Todos Pela Educação e ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung escreve mensalmente na seção Espaço Aberto

Conteúdo Exclusivo para Assinante

Opinião

Eleições 2022 - fazer história ou repeti-la

O Brasil merece que nessas eleições possamos tirar o foco das personalidades e mirar na discussão de projetos de País

Paulo Hartung, O Estado de S.Paulo

01 de fevereiro de 2022 | 03h00

Ainda numa trágica e nebulosa travessia pandêmica, eis que 2022 chega com sua agenda eleitoral decisiva para o País. No retrato por ora desenhado para a disputa, com seus desafios e oportunidades, os votos parecem se destinar basicamente a duas alternativas: fazer história ou repetir a história.

A oportunidade de fazer história significa ajudar a construir projeto que possibilite um “novo início” para a nossa nação, fundado na superação do abismo das desigualdades socioeconômicas e ancorado nas potencialidades das demandas por infraestrutura, da digitalidade, da ampliação das interfaces econômicas do Brasil com o mundo e do imperativo da economia verde, inaugurando a era de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A opção por fazer história dialoga com reformas estruturantes (como a tributária e a administrativa) e os investimentos prioritários em educação, saúde e segurança. Passa também por um projeto político que vise ao bem comum e ao interesse coletivo, em ambiente organizado e dinamizado pelos valores humanísticos e democráticos.

Essa escolha pressupõe escrever o roteiro de uma nova caminhada. Algo que simplesmente não combina com o perverso jogo de repetir o passado como uma solução (falsa!) para o presente e o futuro.

E o que implica o equívoco de repetir a história, mesmo diante do risco de tê-la como farsa ou contrafação? Representa, entre tantos gestos, insistir em estéreis formas de personalismo ou caudilhismo; reiterar práticas nefastas, como o patrimonialismo e o populismo, que vestem múltiplas cores; copiar decisões de efeitos perversos e até trágicos, com o despudor antirrepublicano que, ilusória e precariamente, sustenta mitos redentores, mas com pés de barro.

Como sabemos, o passado pode ser fonte inesgotável de inspirações para narrativas que viabilizem os mais diversos propósitos, inclusive indisfarçáveis manipulações, em todos os polos e vias políticos. Em vez de ser fonte de lições e aprendizados que ajudem a corrigir rumos e trajetórias, muitas vezes o tempo pretérito é colocado como alternativa de um impossível “copia e cola” que responda às angústias da hora com atalhos mágicos, sempre enganadores e ineficazes.

Ademais, pode-se afirmar que, no ano do bicentenário de nossa Independência, o Brasil acumula uma caminhada histórica que serve a tudo, menos para justificar repetições. Sob o peso da herança colonialista e das chagas do longo período escravagista, o País até hoje não logrou fazer de suas imensas riquezas uma realidade de prosperidade verdadeiramente compartilhada. É como se teimássemos em bailar, vergonhosamente, à beira de um precipício de injustiças sociais e econômicas cada vez mais profundo.

A questão que o nosso tempo coloca é entender de onde viemos, onde estamos e para onde queremos e precisamos seguir como nação. Da recente transição alemã, é possível extrair exemplos de conduta e agenda paradigmáticos de como a boa política tem o condão de articular convergências. Pactuando consensos num amplo espectro político, definiu-se um roteiro sólido para o futuro do País, aumentando a chance de prolongar a boa governança que Angela Merkel deixou como legado.

Do exterior também se pode perceber um alerta: o cenário econômico mundial não será favorável nos próximos tempos. Dessa sorte, se nos conformarmos com o embate superficial e simplista de distintos personalismos, não só desperdiçaremos a oportunidade de fazer história, mas também estaremos marchando em direção a um perigoso despenhadeiro.

“A maior virtude das eleições é que elas permitem, sob algumas condições, que possamos processar quaisquer conflitos que surjam em nossa sociedade de maneira livre e relativamente pacífica, evitando a violência”, considera Adam Przeworski, no instigante livro *Por que as eleições importam?*.

Sobre a vinculação das eleições com a democracia, ambas invenções históricas eivadas de limitações e distantes da perfeição, como qualquer obra humana, porém ainda sem substitutas à altura, o autor considera que “devemos empreender todos os esforços possíveis para permitir que as pessoas decidam livremente como e por quem elas desejam ser governadas e deixar que os governos atuem”.

As próximas eleições brasileiras dialogam profundamente com questões articuladas no pensamento de Adam Przeworski, especialmente quanto às conexões entre o voto e a democracia, a paz social, a liberdade e a possibilidade de mudar os rumos na história.

Recusar o que está incomodando é necessário, apesar de insuficiente. Assim como manter ou trazer de volta retratos para o mesmo lugar não deve ser a questão a dominar o debate num pleito crucial como o que se avizinha.

Qualquer que seja a latitude político-ideológica, o Brasil merece que nessas eleições possamos tirar o foco das personalidades e mirar na discussão de projetos de País. Programas que, em vez de repetir a história, escrevam a história de um novo tempo entre nós. Uma era na qual finalmente deixemos de ser o “País do futuro” para nos tornarmos, democraticamente, um país de oportunidades para todos, sobretudo para a nossa juventude.

*ECONOMISTA, PRESIDENTE EXECUTIVO DA IBÁ, MEMBRO DO CONSELHO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO, FOI GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2003-2010/2015-2018)

Tudo o que sabemos sobre:

Paulo Hartung

eleições 2022 presidente

Adam Przeworski

desenvolvimento sustentável

reforma tributária

reforma administrativa